

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: A hora da Cide.....	2
Título: Estatais de energia podem atrair R\$ 30 bi	3
Título: Após ‘invasão’ chinesa, elétricas atraem investidores maduros	5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: José Roberto Mendonça de Barros****Título: A hora da Cide**

O preço do petróleo colapsou, apesar do acordo realizado no final do ano passado entre a Opep e a Rússia. Buscando elevar as cotações, houve um esforço para reduzir a oferta. Bem-sucedido no início, resultou numa contração da produção de quase 1 milhão de barris no começo do ano. Em consequência, os preços do petróleo do tipo Brent subiram para mais de US\$ 56 por barril, animando o mercado.

Entretanto, em março começaram a fraquejar, pois nesse momento se tornou mais claro que as cotações melhores estavam estimulando a elevação da oferta, especialmente nos Estados Unidos. Com a rapidez na prospecção e no desenvolvimento de novos poços na região do “shale oil”, a produção subiu de 8,5 milhões de barris/dia, em setembro passado, para 9,3 milhões, no início deste mês. Devidamente autorizados pelo cartel, Líbia e Nigéria elevaram a produção em mais de 300 mil barris em maio, em relação a abril. Outros países, como o Brasil, também bombaram mais óleo.

A perspectiva de enxugamento do mercado reverteu-se, derrubando as cotações. Entre 12 e 21 deste mês, a queda foi de 7%. Comparado a fevereiro, a redução foi de mais de 20%, de US\$ 56 para US\$ 44 o barril. Mais uma vez está claro que a Opep não mais controla o mercado de petróleo, e toda tentativa de puxar os preços apenas estimula a elevação da produção em outros lugares do mundo, até porque houve, nos últimos anos, um expressivo avanço tecnológico que reduziu muito os custos de prospecção, desenvolvimento e extração de óleo, inclusive no Brasil.

A queda no preço externo tem sido repassada para o mercado brasileiro de derivados, o que concorre para reduzir, em muito, a alta de preço no País. Na verdade, desde outubro do ano passado, a taxa de inflação vem surpreendendo e caindo mais do que o projetado. Muitos fatores concorrem para isso, desde os juros ainda muito elevados e a fraqueza da demanda do consumidor até os choques positivos, como o decorrente da excepcional safra de verão.

Auxiliados pela queda recente nas cotações internacionais de produtos agrícolas, inclusive do açúcar, os preços dos alimentos estão caindo significativamente. O IPCA-15 de 0,16% em junho é o mais baixo desde 2006. O índice cheio para o mês deverá ser negativo e, com isso, as projeções de inflação para o ano são próximas de 3,5%, algo extraordinariamente positivo. É exatamente neste momento que

me parece chegada a hora de elevar a Cide, cujos impactos positivos no meio ambiente são inequívocos, e não capturados no mercado privado.

Entretanto, o setor produtivo vem sendo grandemente machucado nos últimos tempos, depois de um breve período de melhoria. O País corre o risco de perder pelo menos parte do esforço de criar uma plataforma única no mundo, na área de combustíveis líquidos, francamente favoráveis ao meio ambiente desde a produção. Vemos recentemente uma situação fortemente baixista, que está se auto alimentando: a redução de preços dos combustíveis pressiona o preço do etanol, que induz os produtores a elevar a produção de açúcar, que, por sua vez, leva a uma queda nas cotações internacionais, que se reflete nos preços domésticos, reiniciando o circuito.

Como o setor está endividado, a queda na geração de caixa agrava o problema. Corremos o risco de reduzir o papel do etanol a um simples aditivo da gasolina, o que, embora seja confortável para as empresas de petróleo, não é, certamente, o melhor para o meio ambiente e para o País. A queda firme da inflação abre uma inequívoca oportunidade para a correção desse desequilíbrio. Creio que uma Cide de R\$ 0,25 por litro de gasolina seja algo bastante razoável para as atuais circunstâncias.

O impacto de um aumento da Cide de R\$ 0,15 por litro sobre os preços da gasolina ao consumidor não seria superior a 5%, assumindo o repasse integral e a ausência de mudanças nas demais parcelas que compõem o preço final. (Agradeço o auxílio da competente analista Giovana Araújo, da MB Agro, na avaliação dos impactos da Cide no preço da gasolina. Agradeço também a Arnaldo Corrêa, da Archer Consulting).

ECONOMISTA E SÓCIO DA MB ASSOCIADOS. ESCRIVE QUINZENALMENTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira e Monica Scaramuzzo

Título: Estatais de energia podem atrair R\$ 30 bi

Nova onda de privatização de ativos de empresas como Cesp, CEB, Cemig e CEEE mobiliza investidores nacionais e estrangeiros

Uma nova onda de “privatização” começa a ser colocada em curso no setor elétrico brasileiro, num movimento que pode atrair quase R\$ 30 bilhões, apurou o ‘Estado’. Do ano passado para cá, estatais de vários Estados iniciaram processo para vender ativos de geração, transmissão e distribuição de energia. A lista inclui

Cemig, de Minas Gerais; Cesp, de São Paulo; Copel, do Paraná; CEB, do Distrito Federal; e CEEE, do Rio Grande do Sul; além da companhia federal Eletrobrás.

Na outra ponta estão investidores tradicionais do setor e estrangeiros com elevada liquidez que querem estreitar ou aumentar a participação no País. Há, pelo menos, uma dúzia de multinacionais avaliando os negócios no setor, como as canadenses Hydro Quebec e os fundos CPPIB, Ontario Teachers e British Columbia; as europeias Iberdrola, Enel e Terna; e as chinesas State Grid, Huadian, China Three Gorges (CTG), State Power (SPIC), China Investment Corporation (CIC) e China Southern Grid.

Entre as nacionais, a Equatorial é apontada como consolidadora. “Há ativos muito interessantes na mesa. O investidor que comprá-los terá a vantagem de adquirir negócios maduros, com licenças ambientais aprovadas e demanda cativa”, diz Alexandre Bertoldi, sócio-gestor do Pinheiro Neto Advogados. O portfólio é diversificado, inclui pequenos e grandes empreendimentos, mais ou menos rentáveis, em várias partes do Brasil.

“O setor elétrico caminha para um modelo de controle majoritário da iniciativa privada. Não há mais necessidade de o Estado ficar à frente dos investimentos, como ocorria antes com a Eletrobrás”, avalia o professor da UFRJ Nivalde Castro. Saída. Apesar de enfrentar resistência por parte da sociedade, a venda dos ativos estatais virou a única alternativa para as empresas – ou Estados – sanarem suas contas. Nos tempos de bonança, muitas dessas companhias investiram pesado em novos empreendimentos e se endividaram.

No meio do caminho, sofreram o impacto da renovação das concessões, que reduziu o fluxo de caixa de muitas delas e provocou um descompasso entre dívidas e receitas. Hoje, na maior recessão da história do País, elas fazem o movimento inverso para reduzir seu tamanho. A Cemig, de Minas Gerais, é um exemplo dessa tendência. Investiu nos maiores projetos do setor, como as Hidrelétricas Belo Monte e Santo Antônio, que agora estão à venda.

Na semana passada, anunciou também a venda da Light – uma das maiores (e mais problemáticas) distribuidoras de energia do País. O portfólio de ativos à venda da empresa soma algo em torno de R\$ 6,5 bilhões.

Dívida.

“Além do alto (e caro) endividamento, a Cemig sofreu com o fim das concessões de quatro hidrelétricas, que estabeleceu uma nova relação entre dívidas e receitas”, diz Castro. As quatro usinas (Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande) serão leiloadas pelo governo federal até 30 de setembro – prazo estabelecido também para licitar os ativos da Cesp, de São Paulo, que é

assessorada pelo banco Fator. São três usinas com capacidade de 1,6 mil megawatts (MW) de potência, sendo a principal a Hidrelétrica Porto Primavera.

O governo de São Paulo pretende levantar cerca de R\$ 2 bilhões com a venda dos 40% de participação na empresa, mas o negócio pode somar R\$ 4,7 bilhões, se considerada a venda dos acionistas minoritários.

O entrave à privatização é que a licitação das usinas vence em breve (a de Porto Primavera em 2028). Na mesa, apurou o Estado, está a proposta de o potencial investidor levar os ativos e renegociar a renovação das concessões depois. O governo e o Fator não se pronunciaram. Outro Estado que tenta vender seus ativos de energia é o Rio Grande do Sul, que vive uma grave crise financeira.

A venda das estatais é uma condicionante para o governo conseguir entrar no Programa de Recuperação Fiscal. Mas, para privatizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), será preciso ter o aval da população por meio de plebiscito. Enquanto isso, o governo faz a avaliação do preço dos ativos de geração e transmissão para verificar a viabilidade de venda, afirma o secretário de energia do Estado, Artur Lemos Júnior. A empresa detém participação de 64% em 5,8 mil km de linhas de transmissão e 15 usinas.

O negócio pode envolver entre R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, sem considerar a distribuidora de energia, cujo resultado tem sido deficitário. Fontes do mercado afirmam que todos os ativos à venda têm aguçado o apetite dos investidores, apesar do momento turbulento que o País atravessa.

“O momento certo para investir são momentos como os de hoje, em que os ativos estão baratos”, afirma o diretor-geral do escritório Alvarez & Marsal, Luis De Lucio. Atualmente, diz ele, há vendedor interessado e precisando vender os ativos e grandes investidores com liquidez querendo entrar no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Após ‘invasão’ chinesa, elétricas atraem investidores maduros

Lista de interessados no setor inclui fundos de investimentos e de pensão, além de estatais internacionais

Quando a chinesa State Grid anunciou no ano passado a compra da CPFL, uma das maiores companhias privadas de energia do Brasil, as apostas do mercado indicavam para um novo movimento de consolidação do setor, ancorado por

investidores asiáticos. O apetite chinês continua forte pelos ativos brasileiros, mas agora eles têm a companhia de outros interessados.

Investidores espanhóis, italianos, ingleses e canadenses estão olhando ativamente negócios no País. É o caso do fundo do investidor britânico Guy Saxton, o Brazil Iron, que está disposto a injetar £ 1 bilhão no País em ativos de transmissão da estatal Eletrobrás. O advogado Gustavo Buffara Bueno, sócio do escritório Buffara Bueno, que representa o investidor, afirma que o fundo aguarda o levantamento de valores dos ativos da estatal, que é assessorada pelo BTG Pactual.

Com forte liquidez e precisando dar retorno para os cotistas, os fundos de pensão e de investimentos estão gastando alguns milhões de reais no País para mapear as oportunidades. “Eles estão olhando de tudo, seja para comprar ou para emprestar”, afirma o diretor-geral do escritório Alvarez & Marsal, Luis De Lucio. A lista de potenciais investidores em ativos elétricos inclui ainda a estatal canadense Hydro Quebec, apontada como uma das companhias interessadas na Companhia Energética de São Paulo (Cesp), apurou o Estado.

Em nota, a canadense informou que procura adquirir ativos de energia ou participações em empresas do setor fora do país e que o objetivo não é só ser um investidor financeiro, mas também participar com tecnologia e inovação. A estatal diz que está analisando várias oportunidades, sem detalhar quais ativos estão no seu radar.

Uma das maiores protagonistas em aquisições no País de ativos colocados à disposição após a Lava Jato, ao lado da chinesa State Grid, a gestora canadense Brookfield também avalia negócios de energia, mas no segmento de renováveis. A gigante, que tem sob gestão US\$ 250 bilhões em ativos no mundo, é a maior operadora independente de pequenas centrais hidrelétricas do Brasil. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

Abertura de capital.

Embora o assédio por ativos de energia esteja grande, fontes do mercado financeiro não descartam que uma parte dos negócios nas mãos do governo e até do setor privado optem pela abertura de capital para levantar recursos. A decisão, contudo, depende da melhoria do ambiente macroeconômico, que dava sinais de recuperação, mas foi abatido pelas delações dos irmãos Batista, donos do JBS e da holding J&F, envolvendo o presidente Michel Temer.

/ R.P. e M.S.

MME / ASCOM .